CONGRESSO

Incivilidade vence o debate

Deputados governistas e bolsonaristas se insultam na Comissão de Segurança e Dino é impedido de expôr posições do governo

» RAPHAEL FELICE

Provocações, palavrões, xingamentos, ataques, hostilidades, incivilidade. Tudo isso pôde ser visto na sessão de ontem da Comissão de Segurança Pública (CSP) da Câmara dos Deputados, onde o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, falaria sobre vários assuntos — entre eles, a série de ataques em escolas pelo país e as medidas que estão sendo tomadas para coibi-los, além do decreto que suspende a compra indiscriminada de armas e munições e a visita que fez ao Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, semanas atrás. A impossibilidade de debate e as agressões trocadas entre bolsonaristas e governistas fez com que a participação de Dino fosse interrompida bem antes do tempo previsto.

A confusão foi tamanha que a Polícia Legislativa precisou intervir para que deputados contrários e a favor do governo não se estapeassem. De pouco adiantou o deputado Sanderson (PL-RS), presidente da CSP, afirmar que na audiência não repetiria o clima beligerante da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), dias atrás.

"Se na CCJ foi aquela pantomima, aqui não vai ser", prometeu Sanderson, no começo da sessão que durou menos de duas horas.

Logo após as considerações iniciais do ministro da Justiça, os deputados entraram em um confronto sobre questões regimentais, de ordem e ideológicas. No meio da gritaria, a deputada Carla Zambelli (PL-SP) xingou o deputado Duarte Júnior (PSB-MA) com um palavrão — que rebateu a ofensa chamando-a de "desequilibrada". Foi a primeira demonstração daquilo que viria pela frente.

À medida que Dino tentava responder as poucas perguntas que lhe foram feitas, a temperatura subia. Em certo momento, explodiu um bate-boca generalizado, que durou aproximadamente sete ininterruptos minutos. O deputado Zé Trovão (PL-SC) chegou a partir para cima de Duarte Júnior. "Não me toque! Não me toque!", bradou o deputado do PSB.

Sanderson perdera o controle da situação e não restou alternativa a não ser encerrar a audiência. Assim que o presidente da CSP terminou de dizer que seria marcada uma nova data para prestar esclarecimentos, o ministro se levantou e foi hostilizado pelos bolsonaristas — que gritavam "fujão" na direção dele.

Incitação

À saída, Dino acusou os radicais de terem um comportamento que estimula as reações violentas da população. "É preciso que o regimento seja observado, que não haja violência, não haja ameaça, não haja agressão. Foi isso que vimos aqui o tempo todo por parte dos deputados da extrema direita, que não querem debate, não querem colaborar. Querem apenas fazer imagens para lacrar em rede social. Perderam a eleição, querem impor a sua pauta. Não vão conseguir porque o governo governa de acordo com a lei. O Brasil não é faroeste. Essas pessoas se exaltam porque são violentas. Como membro do Congresso, renovo o apelo aos presidentes Arthur Lira (PP-AL, da Câmara) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG, do Senado) para que cuidem dessas audiências, e que possam ocorrer", alertou.

Segundo o ministro, o comportamento dos deputados que classificou como "extremistas" alimenta situações de violência na sociedade, uma vez que compartilham nas redes sociais que mantém cenas como as que protagonizaram na CSP.

"Esse clima de agressão generalizada por parte de extremistas, que são os mesmos que alimentam o ódio que resultou no 8 de janeiro (quando bolsonaristas invadiram as sedes dos Três Poderes em uma tentativa de golpe de Estado), são os mesmos que alimentam ódio que resultam em chacinas. São os mesmos que discriminam o povo simples e humilde da favela e de bairros populares. São os mesmos que incentivam atos violentos em escolas. São esses comportamentos que instigam o aumento da violência", acusou.

Fotos: Lula Marques/Agência Brasil



Ministro reage à hostilidade dos deputados. Ele lamentou, à saída da sessão da CSP, que os bolsonaristas agissem para tumultuar a oitiva



Lídice da Mata (PSB-BA) e Julia Zanatta (PL-SC, de costas) se agridem



Deputado Zé Trovão (PL-SC) parte para cima do colega Duarte Junior

UB em pé de guerra por controle de diretório e cargos

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) analisa o processo de desfiliação solicitado por seis deputados federais do União Brasil (UB) eleitos pelo Rio de Janeiro. Um deles é o da ministra do Turismo, Daniela Carneiro — que é parlamentar licenciada. Mas, por trás do pedido dos parlamentares, há uma disputa pelo controle do diretório fluminense da sigla e por cargos de órgãos do segundo escalão no estado.

A briga envolve o presidente e o vice-presidente do UB, Luciano Bivar e Antônio Rueda, e o prefeito de Belford Roxo, Waguinho Carneiro. De acordo com fontes do partido, os dois dirigentes do diretório nacional tentam impedir o aumento da influência do marido da ministra (que é do Republicanos) na máquina do governo fluminense, com o apoio do governador Cláudio Castro (PL) e do seu vice, Thiago Pampolha (UB). Um dos postos em disputa é o comando do Detran do Rio de Janeiro — que tem uma grande arrecadação.

Fontes da legenda também acusam Bivar e Rueda de serem arbitrários nas tomadas de decisão, o que vem agravando a insatisfação dentro do partido desde antes das eleições de 2022. Acusam de terem sido os dois os responsáveis pelas escolhas dos membros da comissão provisória municipal, desconsiderando as indicações de pessoas de dentro da legenda próximas a Waguinho.

O jogo para limitar a influência do marido da ministra do Turismo teria sido pesado. Segundo essas mesmas fontes do UB, a direção nacional se valeu de ações como o bloqueio de senhas para acesso ao sistema das convenções.

"A situação já estava ruim e reflete um nível de insatisfação da base com o presidente do União (Bivar) e com a cúpula partidária. Falta democracia interna e representatividade. Não há diálogo em cima daquilo que o presidente decide. É tão esquisito que a ministra que foi escolhida também pelo Bivar está pedindo para sair (da legenda)", argumenta um deputado, sob condição de anonimato.

Ao **Correio**, integrantes da legenda asseguram que há insatisfação nos diretórios do UB em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso do Sul por razões semelhantes às do Rio de Janeiro.

Procurado para que desse sua versão do episódio, o deputado Luciano Bivar (PE) não deu retorno até o fechamento desta edição.



ALEXANDRE GARCIA

A JORNADA DE ABRIL DO MST É OXIGÊNIO PARA MANTER ACESA A CHAMA DA IDEOLOGIA QUE ESTIMULA MOVIMENTOS COMO ESSES. UMA IDEOLOGIA DE INTELECTUAIS QUE USA DESEMPREGADOS COMO MASSA DE MANOBRA

Insegurança agrária

O "general" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Movimento dos Sem-Terra (MST, João Pedro Stedile, acaba de ameaçar os proprietários rurais com um abril cheio de invasões, numa Jornada Nacional em Defesa da Reforma Agrária para punir latifúndios improdutivos. Anunciou que vão plantar árvores para mostrar a defesa do meio ambiente. O irônico é que invadiram, este ano, fazendas de eucaliptos e derrubaram as árvores de onde sai celulose para fazer papel — e é inesquecível aquela imagem de invasores tratorando laranjais de onde sai o suco que nos põe em liderança no mundo.

Mais irônico é falar em latifúndios improdutivos, quando todas as terras produtivas já estão ocupadas — e interessante que a tal reforma agrária aparece depois que o governo de Jair Bolsonaro entregou mais de 400 mil títulos de terra em quatro anos, o dobro do que Lula e Dilma entregaram de 2003 a 2015.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, diz que invasões não serão toleradas, acompanhando o governador de seu estado, Mato Grosso. Outros governadores se manifestaram no mesmo sentido. A polícia de São Paulo há pouco prendeu José Rainha Júnior por extorsão, o que quer dizer "paga ou invadimos" ou "paga que saímos".

Estímulo

Deixando de lado essa intenção bandida, a tal jornada de abril é oxigênio para manter acesa a chama da ideologia que estimula movimentos como esses. Uma ideologia de intelectuais que usa desempregados como massa de manobra, enquanto os faz acreditar numa utópica reforma agrária na ponta do arco-íris. Os da reforma real suaram anos para receber seus títulos de terra.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) registrou apenas 16 das invasões que ocorreram nesses 100 dias de governo, mas, pelas redes sociais, se sabe que elas pipocam por todo o país. O agro, que já tem inquietações suficientes com o clima, o mercado, a insegurança jurídica na área tributária, agora tem mais essa, depois da paz fundiária dos anos Bolsonaro.

Acresce que tem ainda pela frente o Supremo Tribunal Federal (STF) com o tal marco temporal de terras indígenas, em que seria melhor ouvir um professor de português para dizer o que significa um verbo no presente do indicativo.

Não custa repetir que o direito de propriedade é cláusula pétrea na Constituição, inscrito na mesma linha do direito à vida. Só que, para o cúmulo da insegurança jurídica, nem cláusula pétrea tem sido respeitada pela Suprema Corte que, em lugar de aplicar a Constituição, a tem modificado, mesmo sem poderes para isso.

Diante do silêncio do governo, com a única exceção de Fávaro, a ameaça de Stédile junta-se a tantas outras ameaças que tornam cada vez mais difícil viver num país com tantas inseguranças.